

Artigo recebido em:
29.03.2019

Aprovado em:
29.04.2019

Caroline Roveda Pilger

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista integral Capes.

Mestre em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale) e graduada em Jornalismo (Universidade Feevale).

E-mail: carolpilger@gmail.com

Um jornalismo de subjetividade e a sensibilização na formação do jornalista

Caroline Roveda Pilger

Resumo

Este artigo tem como objetivo central refletir sobre a necessidade da inclusão de temáticas sensíveis à alma e à moral humana na formação de jornalistas e a importância da subjetividade na construção das narrativas e produções oriundas desse campo de conhecimento, que é o jornalismo. Para isso, como primeiro objetivo, nos propomos a discutir sobre a importância de uma graduação que proporcione um conhecimento epistemológico, cognitivo e interdisciplinar para o estudante (SANDANO, 2015). Após, refletimos sobre o jornalismo de subjetividade (MORAES, 2015) como possibilidade para um campo, prática e produção mais sensível, humanizada e dialética, que privilegia o Outro, bem como o conhecimento intelectual e interdisciplinar. Para complementar a reflexão e contextualizar as discussões, foi elencado como objeto empírico o livro-reportagem *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes. Essa escolha, portanto, nos revela o segundo objetivo do artigo que é uma breve reflexão sobre a inserção da temática gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo de subjetividade. Graduação. Gênero e sexualidade.

A journalism of subjectivity and the sensitization in the formation of the journalist

Abstract

The main objective of this article is to reflect about the need to include sensitive themes to human soul and morals in the training of journalists and the importance of subjectivity in the construction of narratives and productions from this field of knowledge, which is journalism. For that, as a first objective, we propose to discuss the importance of a gradation that provides an epistemological, cognitive and interdisciplinary knowledge for the student (SANDANO, 2015). Afterwards, we reflect on subjectivity journalism (MORAES, 2015) as a possibility for a field, practice and production that is more sensitive, humanized and dialectic, that privileges the Other, as well as intellectual and interdisciplinary knowledge. In order to complement the reflection and contextualize the discussion, *O nascimento de Joicy*, Fabiana Moraes's report book, was listed as the main empirical object. This choice, therefore, reveals the second objective of this article is a brief discussion and reflection on the insertion of the gender and sexuality themes in the curricula of journalism courses.

Key words: Subjectivity journalism. Gradation. Gender and sexuality.

¹Além de jornalista, Fabiana é professora do Núcleo de Design e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Sociologia e Mestre em Comunicação pela UFPE. Autora dos livros *Os Sertões, Nabuco em Pretos e Brancos e No País do Racismo Institucional*.

Mas, é claro, eu poderia esperar um próximo momento, esperar uma transexual “mais feminina” ser operada. Poderia ter descartado Joicy e alegado que ela não seria “uma boa personagem” se tivesse me prendido ao senso comum de que ela não parecia ser uma mulher. [...] Mas, no fim, o que fazia Joicy ser menos mulher do que as outras que seriam operadas mais tarde? Por que ela seria uma personagem menor? Em nenhum momento descartei a sua presença ou me arrependi do acompanhamento, pelo contrário, a pouca boa vontade com a qual ela era recebida só confirmava, para mim, o tipo de engessamento ao qual estamos circunscritos, só confirmava o quanto era difícil, para alguém não facilmente rotulável, simplesmente viver no mundo que celebramos como democrático. Assim, era possível, para mim, naquela reportagem (como aconteceu nas anteriores), produzir um discurso crítico a partir de uma pergunta simples, que traz mais incômodos do que respostas prontas: por que as coisas são como elas são? (MORAES, 2015, p. 175).

Incio meu texto com trecho retirado do livro-reportagem de Fabiana Moraes¹, *O nascimento de Joicy – Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Na fala escolhida para a epígrafe, Fabiana reflete sobre a escolha da personagem principal da reportagem, a transexual Joicy e, além disso, com a pergunta que finaliza, nos oferece um caminho fértil para a problematização e desnaturalização do senso comum, dos estereótipos e dos preconceitos. Na reportagem, a jornalista acompanhou durante 150 dias o processo de redesignação sexual da ex-agricultora e atualmente cabeleireira Joicy Melo da Silva, na época com 51 anos. Dias, esses, de intensa e complexa relação entre jornalista e personagem.

A reportagem foi veiculada em 2011 em um especial do *Jornal do Commercio*, sendo, posteriormente, premiada com o prêmio Esso de Reportagem no mesmo ano. Fabiana transformou-a em um livro, publicado em 2015 pela editora Arquipélago, no qual também oferece uma profunda reflexão sobre os limites entre jornalista e personagem, bem como um rico diário de campo, no qual conta sobre seus dias e relação com Joicy, os bastidores da reportagem e, por fim, problematiza a área de conhecimento do jornalismo, oferecendo a possibilidade de pensar a prática de forma que a subjetividade e a sensibilidade sejam o destaque. Fabiana nos incita a nos perguntarmos, como jornalistas, “por que as coisas são como elas são”?

Nesse sentido, o exercício do questionamento é importante, pois permite, mais do que a busca por possíveis respostas ou caminhos para a reflexão, o começo de um olhar de estranhamento com o intuito, assim como propõe Louro (2003b, p. 63), de questionar e praticar a desconfiança, principalmente nos discursos e “práticas rotineiras e comuns” assim como os “gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento [...]”. Ou seja, ser capaz de fugir do escasso senso comum e perceber que é possível interrogar as nossas antigas e novas certezas, sem que isso “signifique a paralisia do pensamento, mas, ao contrário, se constitua em fonte de energia intelectual e política” (LOURO, 2003, p. 42). Meyer (2003, p. 11) argumenta que nada é “natural”, toda a verdade, até mesmo a que rotulamos com orgulho de “científica” é “parcial e provisória e resulta de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura e pode, por isso, ser questionada”.

Portanto, levando em consideração as indagações iniciais, principalmente no sentido da desnaturalização e do olhar sensível, este artigo tem como objetivo central refletir sobre a necessidade da inclusão de temáticas sensíveis à alma e à moral humana na formação de jornalistas e a importância da subjetividade na construção das narrativas e produções oriundas desse campo de conhecimento, que é o jornalismo. Para isso, em um primeiro momento, e como primeiro objetivo, nos propomos a discutir sobre a importância de uma graduação que proporcione um conhecimento epistemológico, cognitivo e interdisciplinar para o estudante (SANDANO, 2015). Após, refletimos sobre o jornalismo de subjetividade (MORAES, 2015) como possibilidade para um campo, prática e produção mais sensível, humanizada e dialética, que privilegia o Outro e a “diferença”, bem como o conhecimento intelectual e interdisciplinar.

Para complementar a reflexão e contextualizar as discussões, foi elencado como objeto empírico principal o livro-reportagem *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes. O livro foi escolhido por sua abordagem jornalística e pela temática

da reportagem, que dialoga com os estudos de gênero e sexualidade, aos quais me filio. Essa escolha, portanto, nos revela o segundo objetivo do artigo que é a discussão e reflexão sobre a inserção da temática gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de jornalismo.

A escolha da temática gênero e sexualidade e sua relação com o jornalismo se dá pela percepção de que o gênero é uma categoria que atravessa todas as instâncias da sociedade e está, inclusive, como determinante das práticas jornalísticas, das escolhas de pautas, de perspectivas do campo, bem como nas relações entre repórter e personagem (LOURO, 2008; VEIGA, 2010). E que, por fim, retorna para a questão principal do texto que é a reflexão sobre a formação sensível do jornalista para o desenvolvimento de um olhar atento, não redutor, plural e menos preconceituoso das realidades sociais e culturais, dos grupos e dos indivíduos.

Propomos pensar em uma formação jornalística que prepare o profissional para que em sua prática e produção o mesmo se distancie de um processo de estereotipagem da “diferença” e da “alteridade”. Conforme explica Hall (2016, p. 190), a estereotipagem nos processos de representações produz efeitos essencializadores, reducionistas e naturalizadores, que têm o objetivo de restringir os indivíduos (estes, que são os “Outros”) a poucas características simplistas e essenciais, que são “representadas fixas por natureza”. Dessa forma, resumidamente, a estereotipagem introduz uma tática de “cisão”, que pretende separar o normal do anormal e o aceitável do inaceitável e, após realizar essa divisão, ela afasta, excluindo ou expelindo tudo que for diferente e que não caiba em uma categoria já definida e aceita culturalmente. Hall (2016), assim como Moraes (2015), nos instiga ao tensionamento e desconstrução dos “regimes de representação”, constituídos por um repertório de imagens, de textos e efeitos visuais que acumulam significados em diferentes produções, em um dado momento histórico, e que culminam em certas representações fixas da “diferença” e da “alteridade”.

É importante mencionar que entendemos a “alteridade” significando este “Outro” que não é a figura central identitária da cultura. Pensar a “alteridade” é, então, pensar sobre este “Outro”. Neste sentido, Louro (2003, p. 42) lembra que a pós-modernidade é protagonizada por identidades culturais plurais (coletiva e individualmente), estes tantos “Outros” que giram em torno de questões sociais, de gênero, de raça, de etnia e de sexualidade, colocando o antigo “centro”, materializado pela cultura e pela identidade nuclear do “homem branco ocidental, heterossexual e de classe média”, referência anterior, em posição de contestação. O “Outro” aqui neste cenário, representa esta “diferença” e “alteridade” que não está no centro e que, inclusive, desestabiliza o mesmo, borrando fronteiras, permanecendo num “não lugar” e desconstruindo significados que pareciam fixos por “natureza”.

Portanto, entendemos o “Outro”, a “diferença” e a “alteridade”, como conceitos-chave para pensar uma fuga dos processos de estereotipagem, bem como sobre uma instabilidade social e cultural das identidades. Desejamos refletir sobre a representação de identidades periféricas marginalizadas culturalmente e historicamente (focando para questões de gênero e sexualidade, mas não excluindo a importância de temáticas imprescindíveis como o racismo, xenofobia, etnocentrismo, gordofobia, questões de classe, sociais, de pessoas com deficiência, entre outras) e como isso pode servir para uma formação mais sensível do jornalista.

Por fim, cabe colocar que a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste texto e alcance dos objetivos foi a pesquisa bibliográfica, realizada com a problematização e tensionamento livre dos autores e conceitos com as produções empíricas do campo do jornalismo.

Mas e o que a graduação/formação tem a ver com o jornalista?

A pergunta realizada no título desta seção pode parecer tola, óbvia ou desnecessária para quem coloca em destaque a atividade intelectual e acredita que um

jornalista deva ter formação acadêmica e um olhar diferenciado do senso comum para a sociedade. Por outro lado, essa discussão, que se impõe há décadas em nosso campo, ainda não perdeu a validade. Por isso a pergunta, que é retórica e propõe mais a reflexão do que busca respostas, continua relevante, porque essa relação (formação, diploma e jornalista) é, ainda, contestada².

²Hoje, para exercer a profissão de jornalista não é “necessário” (coloco entre aspas porque refiro-me apenas à legalidade e, com isso, também problematizo a mesma) possuir uma graduação em jornalismo e receber o diploma ao final do curso. Porém, diversos veículos de comunicação, assim como demais empresas da área, continuam, mesmo após a “queda”, exigindo o diploma para a contratação de seus jornalistas.

Não obstante, a discussão proposta aqui não é a respeito se as empresas jornalísticas e demais instituições comunicacionais, comprometidas com a profissão, continuam exigindo ou não o diploma. A problematização está na legitimidade e seriedade da profissão, que fica extremamente sensibilizada neste cenário. Além disso, e até mais importante que apenas a discussão da obrigatoriedade do diploma, é refletir sobre qual formação acadêmica estamos oferecendo para esses indivíduos que serão os futuros jornalistas. Defendemos a graduação, porém a discussão vai além da exigibilidade do diploma. O que se coloca como imprescindível em nosso cenário é: uma graduação é suficiente para que possamos assumir com responsabilidade social e intelectual a atividade que nos é incumbida? Essa graduação fará a diferença entre nós e os jornalistas não formados academicamente? Essa graduação me possibilita o entrecruzamento de perspectivas e campos de conhecimento, além da comunicação? Essa graduação me oportuniza o olhar crítico, problematizador, humano, sensível e desnaturalizador para a complexidade das realidades e das subjetividades?³

³Talvez, neste artigo, não seja possível responder a todos esses questionamentos, ou talvez, não seja possível nem responder a um deles.

Porém, as perguntas, muitas vezes, nos servem para a reflexão, para um caminho para a ação e transformação, do que para serem objetivamente respondidas.

Também devemos ter em mente a complexidade das perguntas feitas e o atravessamento das subjetividades que ali se estabelecem, ou seja, por exemplo, um jornalista formado pode não ser sensível a temas que outro não formado pode ser.

Portanto, não ignoramos essa relação que pode ser contingencial e relativa, pois também tem carga cultural, social e subjetiva.

As dicotomias do pensamento: a velha e incansável discussão entre mercado e academia

Em seu livro “Para além do digital: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado”, e mais especificamente no capítulo 1, intitulado “Jornalismo, Filosofia e Democracia”, Carlos Sandano (2015) nos oferece uma importante reflexão sobre as redefinições do sentido da prática jornalística na contemporaneidade.

De acordo com Sandano (2015), a problemática da discordância entre a obrigatoriedade ou não do diploma para exercício do jornalismo (que tem continuidade até hoje) se dá pelo viés do que é considerado mais inestimável para garantir práticas democráticas: se é a “capacitação de profissionais especializados (jornalistas) ou a acessibilidade aos meios de produção e distribuição de informações, como se fossem dimensões excludentes” (SANDANO, 2015, p. 20). Além da dicotomia da discussão, que destaca o domínio da técnica e tecnologia associada ao cotidiano de trabalho e do mercado como principal formação e, de outro, a necessidade do conhecimento intelectual e reflexão epistemológica.

Sandano (2015) nos alerta para o fato de que a aceleração da reconfiguração nas áreas tecnológica e econômica, desenvolvida desde a década de 1990, força a redefinição do sentido da prática jornalística. Neste cenário, observamos, há anos, a divisão (por vezes esvaziada de complexidade) das discussões no campo do jornalismo, principalmente nos embates entre mercado e academia. De um lado (o do mercado) há uma preocupação e entusiasmo, advinda da perspectiva “born, not made” (ou seja, que foca o olhar [talvez ingênuo e romântico] para o jornalista que nasce com um dom e não um ser humano profissional que se forma e que pode se especializar e aprender constantemente) com a capacitação técnica e tecnológica do “aprendiz de jornalista” que também deve ser um indivíduo “multimídia”: isso que se desdobra na velha e indispensável redação e gramática, bem como no uso de softwares de edição, além de “noções gerenciais e posturas ‘empreendedoras’” (SANDANO, 2015, p. 29).

Do outro lado, pertencente à crítica acadêmica, que busca o distanciamento das práticas mercadológicas, está, segundo Sandano (2015, p. 29), um olhar preponderantemente sociológico, que de certa forma simplifica e reduz as contingências nos cenários das práticas para arquitetar uma imagem hegemônica da “grande mídia” que é representada por “jogo de manipulações, interesses, sensacionalismo e outros pecados que desanimam o estudante em uma carreira ética e promissora”.

É aí, que não raro, quando tal realidade é criticada, surge a defesa (que, na verdade, é um tiro no próprio pé) de que o “jornalista não tem tempo para pensar” (Moretzsohn). Estabelece-se, assim, uma divisão entre aqueles que prezam a prática – os que “fazem” – e aqueles que, no ambiente acadêmico, criticam essa prática – os que “pensam”. (MORAES, 2015, p. 167).

O jogo dicotômico e reducionista da discussão, desfoca, conforme alerta o autor, o olhar para problemas complexos e pontuais que deveriam ser considerados, como “o uso exagerado e acrítico de declarações, apurações não presenciais, falta de capacitação cognitiva e afetiva ou deficiências narrativas” assim como a “falta de persistência em pautas complexas” (SANDANO, 2015, p. 30). Nesse sentido, essas questões são deixadas para segundo plano (ou nem discutidas, não só no mercado, mas também na academia), esquece-se a complexidade dos cenários e se mira o ataque dualista na “crítica ao sistema como um todo ou o enfoque tecnicista” (SANDANO, 2015, p. 30).

Nesse cenário, então, o Jornalismo começa a cumprir um papel social mais relevante, não se constituindo só em espaço para resolver contradições, mas como instrumento ativo na construção de espaços públicos cujas perspectivas contraditórias não se choquem ou se confrontem com violência e onde cada sujeito possa aprender com o Outro (SANDANO, 2015).

Hall (2016, p. 190, grifo nosso) estabelece quatro aspectos que definem a prática da estereotipagem do Outro: “(a) a construção da “alteridade” e exclusão; (b) estereótipos e poder; (c) o papel da fantasia; e (d) o fetichismo”. Quanto à construção da alteridade e o processo de exclusão, a estereotipagem tem como característica o *fechamento* simbólico, quando *fixa* os limites aceitáveis e exclui tudo o que não lhe pertence, ou seja, ela é parte de uma espécie de “manutenção da ordem social e simbólica” pois cria uma demarcação simbólica entre “nós e eles”, entre o “normal” e o “pervertido”, “normal” e o “patológico”, “pertencente” e “não pertencente”, entre outros (Hall, 2016, p. 192).

No tocante a esse ponto, Fürsich (2016, p. 57) alerta sobre o perigo da estereotipização silenciosa da “diferença” e da diversidade no jornalismo, quando diz que em uma cultura saturada pelo discurso midiático, esta espécie de “falta de atenção” em representar o Outro, significa também silenciá-lo, desenvolvendo uma séria “aniquilação simbólica” das identidades. “Essa aniquilação pode também ser o resultado de um retrato muito limitado ou estereotipado de um grupo. Noutras vezes, as representações essencializam o Outro como “exóticos” ou, pior ainda, como um problema, anormal e depravado”.

Para se afastar desta prática, e para que seja realmente possível o aprendizado com o Outro, Sandano (2015) convoca para a efetivação de uma “responsabilidade jornalística” que colabore com uma ideia de solidariedade, que ele evidencia na fala de Rorty, ou seja, de que a solidariedade seja constituída pela “capacidade imaginativa de ver em pessoas estranhas companheiros de sofrimento” (RORTY, 1994, p. 18 apud SANDANO, 2015, p. 19). Essa solidariedade viria no lugar do famoso e recorrentemente discurso da “tolerância”.

No tocante a este ponto e contribuindo com Rorty, Bauman (1999, p. 270) lembra que uma tolerância como “mera tolerância” é moribunda. É preciso que se transforme a tolerância em solidariedade, e que esta seria uma condição de sobrevivência, e não apenas moral das relações humanas. Para o autor, uma sobrevivência em um mundo de “contingência e diversidade” em que vivemos atualmente, só é possível com o reconhecimento de cada diferença como condição de preservação da outra. Assim, a solidariedade “ao contrário da tolerância, que é sua versão mais fraca, significa disposição para lutar; e entrar na luta em prol da diferença alheia, não da própria. A tolerância é egocêntrica e contemplativa; a solidariedade é socialmente orientada e militante” (BAUMAN, 1999, p. 270).

Para se buscar, segundo o autor, essa solidariedade e responsabilidade, o Jornalismo deve ir em busca no que ele chamou de um “aprendizado epistemológico”. Seria, segundo Sandano (2015, p. 30), a oportunidade de ultrapassar a técnica, com o intuito de refletir e discutir sobre os “valores que o Jornalismo

pode servir”. Esse aprendizado epistemológico necessita de um aparato acadêmico que objetive transcender, então, a técnica e a tecnologia. Esse aparato diz respeito ao tripé: (1) “formação humanística que possibilite a relação dialógica (signo dos afetos); (2) “a consciência crítica das consequências de suas ações”; (3) “uma decisão sobre o significado de sua prática que o leva a assumir a responsabilidade sobre os dois itens precedentes”.

Para Costa (2015, p. 31) é o pensamento crítico que capacita o estudante de jornalismo para ler “os grandes temas do mundo em perspectiva”. É preciso, segundo o autor, trazer as realidades para perto e interpretá-las. Para ele, o que se tem feito, ao contrário da busca por um olhar que favoreça a diversidade cultural e valorize a diferença, é um percurso ao encontro da popularização, da redução da complexidade, onde se privilegia o “mínimo divisor comum”. Nesse cenário, é imprescindível a valorização do trabalho do jornalista, pois, a cada dia, com o aumento recorrente do volume de informações disponíveis, também cresce a necessidade da existência de jornalistas de qualidade que possam interpretá-las e tenham condição de criar narrativas complexas que “deem conta do que acontece no mundo” (COSTA, 2015, p. 31). Porém, como já dito anteriormente, essa busca de qualificação intelectual encontra um modelo econômico que hoje prega justamente o contrário: “que basta dominar algumas técnicas e ferramentas digitais e está tudo feito. Foi por isso que, naquela longínqua tarde de 2007, me irritei com o novidadeiro professor francês que afirmou a besteira sobre o cidadão munido de um smartphone se transformar em um jornalista”. (COSTA, 2015, p. 31).

Portanto, conforme também explicita Sandano (2015a), a capacitação do jornalista, assim como o currículo da graduação, necessita buscar um caminho que vá ao encontro da humanização e sensibilidade, ou seja, não deve ser nem técnica nem deontológica, somente, mas epistemológica, quando se tem, de maneira simultânea, a formação intelectual e afetiva. Essa formação permite ao jornalista que se conecte e compreenda a complexidade dos sujeitos e cenários de sua narrativa e que daí possa “extrair um retrato polifônico e polissêmico da realidade”, bem como ser capaz de expor isso em sua produção.

Pois se a técnica não aborda esse tipo de questão e a deontologia se funda no “deve-ser” para determinar o campo de ação do jornalista, a epistemologia trabalha com o significado de “se estar no mundo”, criando condições efetivas para promover uma convivência social mais humana. (SANDANO, 2015a, p. 37).

Nesse cenário, o Jornalismo se configura como um espaço de produção de conhecimento, conhecimento, esse, que é resultado de um processo dialógico e dialético. Para além da técnica, da apreensão da tecnologia e dos softwares cada vez mais complexos, o que se mostra indispensável é encontrar uma “razão de ser” para o Jornalismo que, conforme Sandano (2015a, p. 38), vive um período em que se torna cada vez mais complicado distinguir o jornalista do não-jornalista, principalmente se permanecermos com a camisa de força ligada ao tripé, velho conhecido da área e disseminado nos “manuais de redação”: objetividade, imparcialidade e neutralidade.

A proposta, segundo o autor, busca a valorização do profissional jornalista e acredita na necessidade do Jornalismo como instância responsável e crítica para o cenário da comunicação social contemporânea. Além disso, e muito importante, essa é uma proposta que “se recusa a aceitar uma sociedade onde a atividade intelectual é algo secundário” (SANDANO, 2015a, p. 38). “Isso acarreta que, concretamente, no dia a dia de uma prática jornalística qualificada epistemologicamente, haveria a necessidade de profissionais que assumissem a autoria responsável, realizando descrições objetivas das sutilezas subjetivas de realidades complexas” (SANDANO, 2015a, p. 41).

O fato é que o que escrevemos, falamos e mostramos tem, independentemente de estar no meio impresso ou digital, o poder de fomentar e cristalizar preconceitos e inverdades, e, por outro lado, de ajudar a desmontá-los, ou, ao menos, trinca-los. Para que isso seja uma realidade, é

necessário um contínuo combate à simplificação, algo que, a meu ver, é fundamental para o exercício do jornalismo que se propõe a apresentar seu recorte da realidade. [...] A questão é que esse embate não é algo fácil de ser travado, prevalecendo uma série de práticas e de discursos que confinam continuamente um jornalismo mais integral e dialético em um espaço reduzido. (MORAES, 2015, p. 175-176).

Um Jornalismo preocupado com a epistemologia, com sua razão de ser no mundo e que seja considerado (e respeitado) como uma importante área específica de conhecimento, deve ser pensado, também, como campo de constante processo de autoconhecimento e autocriação, que reinventa a linguagem, pensa novas metáforas e novas maneiras de referir a prática, bem como assume a complexidade de sua representação e perspectiva “abandonando a metáfora objetivista do ‘espelho do real’” (SANDANO, 2015a, p. 46). Em resumo, segundo o autor, o jornalismo assume integralmente suas responsabilidades no processo comunicacional que busca a construção de um espaço público que seja edificado democraticamente (e que assegure a mesma); ele refuta o discurso do domínio e compromisso com a “verdade revelada” e com o “dever-ser” deontológico. Sandano (2015a) encontra no Outro a alternativa mais frutífera do aprendizado: “Diante da grande diversidade de temas e interesses, a única constante é a disposição em aprender, aprender com o Outro a compreender a realidade com todas suas indeterminações e complexidades” (SANDANO, 2015a, p. 49).

A solidariedade de que falam os autores, a responsabilidade jornalística que busca Sandano (2015) e a preocupação em aprender com o Outro, é o que podemos encontrar, felizmente, na reportagem *O Nascimento de Joicy*, da jornalista Fabiana Moraes, bem como em outros trabalhos de sua autoria⁴ e na postura sociológica (e epistemológica) da profissão defendida pela autora. Caminhando ao encontro, e complementando, o que os autores citados nos sugerem, Moraes (2015) nos apresenta a possibilidade de um jornalismo de subjetividade, sobre o qual refletiremos no tópico a seguir.

Por mais sensibilidade: a possibilidade de um jornalismo de subjetividade na formação e na prática

Pensando em uma graduação de jornalismo que dê espaço para temáticas sensíveis à sociedade e que contribuam para uma não estereotipagem (HALL, 2016) do Outro e de sua diferença, o jornalismo de subjetividade sugerido por Fabiana Moraes nos dá pistas férteis para seguir um caminho que não essencialize, reduza ou simplifique as subjetividades que cruzarem nossas vidas e narrativas. Nesse sentido, a autora afirma que é necessário que se pense em um jornalismo que usufrua, sem qualquer coibição ou constrangimentos, da subjetividade, valorizando-a e a reconhecendo como parte essencial tanto na prática da reportagem quanto no que ela chama de “carne do dia a dia”, ou seja, na notícia cotidiana (MORAES, 2015, p. 159). Conforme explicita a autora:

Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área de conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independente de estarmos lidando com um “fato”, “fenômeno” ou “acontecimento”), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. (MORAES, 2015, p. 159).

Moraes defende a inserção daquilo que escapa ao nosso controle, e defende a área da produção jornalística de uma maneira dialética, buscando pensar a realidade na sua complexidade e constante instabilidade. Para a autora, a inclusão de “ruídos” que geralmente não são bem-vindos nas narrativas, não significa que haja um desrespeito com a prática/teoria que preza regras de objetividade; mas, sim, que há a sua

⁴Aqui podemos citar outros trabalhos de peso desenvolvidos pela jornalista como os cadernos “Quase brancos, quase negros” e “Sertões”, ganhador regional e nacional do prêmio Esso em 2009. É importante ressaltar que em seus trabalhos, a jornalista, como ela mesma afirmou, procura a superação do discurso “geral” empregado pelo jornalismo, calcado, recorrentemente, por um senso comum reducionista. Segundo Fabiana: “Assim, por exemplo, o mote de ‘Quase brancos, quase negros’ foi pensado, repito, a partir de uma falácia (‘não somos racistas, basta observar os negros de sucesso’), enquanto ‘Os Sertões’ se recusou a confirmar um imaginário previamente construído entre a população nacional: o da terra seca, do boi magro, das carcaças de animais, do sertanejo condenado a nunca mudar e ostentar para sempre um gibão-de-couro” (MORAES, 2015, p. 174).

complexificação, necessitando de seu “amadurecimento e entendimento de limites teóricos, profissionais e individuais” (MORAES, 2015, p. 160).

O início da narrativa de Fabiana Moraes em seu livro-reportagem nos evidencia o olhar sensível e diferenciado da jornalista e essa inclusão de “ruídos” que geralmente não são nem ao menos percebidos, ou que são excluídos da narrativa, mas que colaboram para a humanização da mesma. Percebemos que a maneira de escrever e tratar o assunto, já outras tantas vezes publicado, foge do senso comum.

Joicy Melo da Silva nasceu no dia 22 de novembro de 2010, às 12h30. Pesava 74 quilos e media 1,63 metro de altura. Naquele dia, mais sete partos foram realizados no Hospital das Clínicas, na Cidade Universitária, Recife. O de Joicy foi sem dúvida o mais complicado de todos: durou quase sete anos e envolveu uma série de especialistas. Três deles estavam no exato momento no qual ela veio ao mundo. O primeiro a chegar ao bloco cirúrgico saiu de casa às 7h, sem tomar café da manhã. Sabia que, como médico, tinha que mudar tal hábito. Outro atravessou entre aborrecido e resignado o engarrafamento de todos os dias. Havia sempre uma multidão de carros entre sua casa, na Zona Norte, e o hospital onde, no saguão, sempre há alguém desesperado. O último, que mora perto do mar, visitou a paciente um dia antes. Tinha que conferir se ela realmente estava bem para vir ao mundo. Quando Joicy nasceu, morreu João Batista, 51 anos, filho de Irene (83, viva) e Eupídio Luiz (77, enterrado). Foram os dois que ensinaram o garoto a plantar milho, mandioca, feijão. (MORAES, 2015, p. 31, grifo nosso).

Além de envolvente e sem perder a capacidade de informar, a narrativa nos traz traços que usualmente são deixados de lado pelos jornalistas. Informações como “sem tomar café da manhã”; “aborrecido e resignado”; “mora perto do mar” não seriam imprescindíveis no aspecto jornalístico (seguindo a conhecida fórmula do lead), mas são importantes porque nos mostram o cenário de humanização que Fabiana pretende construir em torno de todos os personagens da história: afinal de contas, são todos humanos. A sensibilidade (e delicadeza) do jornalismo de subjetividade proposto está também na maneira com que a jornalista trata o processo de redesignação sexual (tentando escapar da objetividade informativa e formal jornalística): como um nascimento, “Joicy Melo da Silva nasceu no dia 22 de novembro de 2010”.

O jornalismo de subjetividade proposto por Fabiana Moraes nos propõe que reconheçamos e neguemos nosso autoritarismo como jornalistas, ou seja, “que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, isso não prejudica a narrativa jornalística: ao contrário, pode enriquecê-la” (MORAES, 2015, p. 160). Ela alerta para o fato de que boa parcela da produção midiática atua sem esse cuidado, perpetuando atos de manipulação quando os sujeitos e o grupos são quase como que obrigados a sentir, responder e se comportar como o jornalista (apressado e ansioso) quer.

Ou seja, conforme Moraes (2015, p. 167), para dar conta do propósito essencial do jornalismo, que é o de “informar e contribuir com o combate a preconceitos”, é imprescindível o “desmontar o acontecimento, promover a desnaturalização do fato”. Esse comportamento vai de encontro com a própria realidade da prática cotidiana do jornalista e das rotinas de produção, marcadas pela pressa e pelo imediatismo, mas se mostra, com certeza, uma saída fértil para minimizar a “banalização do mundo”, onde o “profissional vê ‘as coisas como elas são’ e especializa-se, antes de tudo, na *superfície*”. (MORAES, 2015, p. 167, grifo da autora).

Porém, devemos ter em mente que quando trabalhamos com uma perspectiva focada na subjetividade, os limites entre o jornalista e o personagem, bem como o envolvimento pessoal e emocional do repórter com a pauta merecem um esforço e cuidado dobrados. Esta subjetividade proposta não exclui a parcela de objetividade e preocupação com a informação, com a exatidão dos dados, fatos e fontes para a construção da reportagem ou matéria. Os perigos de uma visada subjetiva estão, justamente, neste envolvimento que pode se sobressair ao interesse central do texto e levar o jornalista para a perda de seu objetivo como profissional, que é, neste caso, informar com profundidade, incluir e representar de maneira digna uma realidade específica, um grupo identitário marginalizado, um fato desvalorizado, buscando combater preconceitos.

A preocupação e defesa de um olhar sensível, longe da “superfície” e menos tecnicista, não recusa em absoluto a utilização de regras e técnicas jornalísticas, pelo contrário, propõe a reconstrução das mesmas, a sua problematização, tentando percorrer um caminho em que o compromisso com a informação esteja presente, ao mesmo tempo que o compromisso com a emoção e a representação não estereotipada, sensível e humana de quem está presente no texto. Neste cenário, o jornalista deve ir além da busca pelo “lead perfeito”. Ele precisa assumir as ranhuras e imperfeições do texto, dos acontecimentos e de seus personagens, “de seus parceiros de sofrimento”, procurando, sempre, pela humanização dos mesmos.

Conforme dito anteriormente, entre diversos atravessamentos possíveis para pensar nesta formação sensível e subjetiva do jornalista, focada em temas caros à alma e moral humana (MORAES, 2015), estão o combate ao racismo, violências de origem classista, social e cultural, xenofobia, etnocentrismo, violência contra crianças, deficientes, gordofobia, entre outras temáticas importantes. Porém, neste texto focaremos no gênero e sexualidade como categoria central, mas que sem dúvida é interseccionalizada por todos estes fatores citados e se constitui com relevância nos embates de poder e saber.

Gênero e sexualidade como temática necessária para os currículos de jornalismo (e da comunicação)

Por que em Joicy o feminino era questionado ao não se associar aos elementos decorativos mais comuns relacionados às mulheres? Percebi que, além de todos os obstáculos pelos quais precisaria passar – a falta de dinheiro, a falta de respeito, a falta de amor –, ela ainda teria que provar ao mundo que, apesar da cabeça quase careca (problema que acomete também mulheres biológicas) e das maneiras díspares do feminino socialmente construído, ela também era, sim, uma mulher. (MORAES, 2015, p. 96).

Compreendemos, assim como Louro (2003), o discurso da mídia e de seus artefatos como relevante fonte de pedagogia cultural. Assumir esta perspectiva supõe o entendimento de que os embates, conflitos e jogos de poder culturais são feitos em muitas instâncias pedagógicas além da escola, da família e da religião, mas também no cinema, nas artes, nos desenhos, na publicidade e, mais especialmente, no jornalismo. Neste sentido, é importante o entendimento de que o jornalismo tem relevante poder ao apresentar certas representações que estabelecem “normas e senso comum sobre pessoas, grupos e instituições na sociedade contemporânea. Representações são constitutivas de cultura, sentido e conhecimento sobre nós mesmos e o mundo à nossa volta” (FÜRSICH, 2016, p. 52). Muito mais do que apenas apresentar estas representações, o discurso jornalístico cria realidades e normaliza visões de mundo específicas, assim como formas de ser, de se relacionar e de enxergar os Outros.

Conforme alerta Fürsich (2016, p. 52), uma vez que essas representações têm a capacidade de produzir sentidos culturais que são compartilhados na sociedade, “representações problemáticas (por exemplo, limitadas) podem ter consequências negativas para as tomadas de decisões políticas e sociais e podem implicar na manutenção das desigualdades sociais e políticas”. A autora aponta para o fato de que hoje as representações dos Outros (minorias raciais, étnicas, de gênero e sexualidade) se tornaram centrais para as pesquisas que desenvolvem um olhar crítico-cultural da mídia. Neste sentido, Fürsich (2016, p. 52) ressalta que pesquisas desenvolvidas na área apontam para um caminho pessimista sobre a capacidade do jornalismo contemporâneo em retratar adequadamente uma diversidade cultural, quando recorrentemente desempenha um papel que encoraja e naturaliza “estereótipo problemáticos”.

Quando tratamos de problematizar a relação gênero e jornalismo, percebemos que, como outras instâncias da sociedade este espaço também é atravessado pelos gêneros, ou seja, se constitui como um espaço social “generificado”, que se organiza, se estabelece, se produz e engendra “a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.)” (LOURO, 2003b, p. 25).

Recorrentemente observamos notícias e reportagens na grande mídia que tratam de temas ligados ao universo LGBTQI⁵ de maneira estereotipada, sem cuidado e respeito, muitas vezes, recorrentes da falta de conhecimento ou sensibilidade do próprio jornalista. São detalhes que podem passar despercebidos para o olhar naturalizado do senso comum, mas que contribuem para um processo de violência simbólica e legitimação de preconceitos. Como no caso da morte do policial trans Dudu no Rio de Janeiro. A maioria das reportagens ignoraram a condição de gênero do policial e se dirigiram a ele como “ela”, utilizando somente o nome de nascença, “Juliane”. Outras matérias, inclusive, aproveitaram para ressaltar a fragilidade da posição de, então, “mulher” do policial com matérias que focavam no que “ela” estava fazendo no dia em que desapareceu⁶, numa espécie de culpabilização e busca por possíveis “respostas” ao que havia ocorrido. Não somente matérias do universo LGBTQI, mas tantas outras (nas mais diversas editoriais) que, de maneira “sutil” (ou nem tanto), perpetuam a heteronormatividade e o machismo⁷.

⁵Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexuais.

⁶Matéria infeliz feita pela Folha de S. Paulo: “PM Juliane teve últimos momentos livres com bebida, beijos e dança”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/pm-juliane-teve-ultimos-momentos-livres-com-bebida-beijos-e-danca.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

⁷Como nas recorrentes matérias de esportes que insistem em focar o olhar na beleza e “nas curvas” das atletas, objetalizando o corpo feminino. Exemplo Rio-2016: sete musas da Olimpíada que vão deixar saudades”, disponível em: <<https://gq.globo.com/GQ-no-podio/noticia/2016/08/rio-2016-sete-musas-da-olimpiada-que-va-deixar-saudades.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

⁸Cis é prefixo latino, abreviação para cisgênero, significa ‘do mesmo lado’. A pessoa cis é aquela que reivindica ter o mesmo gênero que o que lhe registraram em seu nascimento.

Moraes (2015) lembra que o não cuidado com o que publicamos, narramos ou mediamos, ou a não preparação do profissional que age sem responsabilidade ou por falta de conhecimento, pode provocar danos perigosos e, muitas vezes, irreparáveis para a sociedade, para grupos ou indivíduos, assim como pode causar consequências para o profissional, e também para sua fonte ou seu personagem.

Ao agir de forma apressada e instrumental com o próximo, o repórter termina não trazendo visibilidade a questões que precisam ser discutidas constantemente para serem, então, ultrapassadas, tais como o racismo, classismo, homofobia, machismo. O ambiente que poderia ser mais democrático, pelo contrário, se alimenta, em parte, de matérias que não só não avançam em questões como as citadas, mas também fomentam mais distorções e preconceitos. (MORAES, 2015, p. 182).

Nesse sentido, o texto de Fabiana Moraes, *O nascimento de Joicy*, se mostra como rico exemplo de escolha por um caminho que foge da armadilha da simplificação e dos estereótipos de gênero que marcam o tema da transexualidade na mídia, por exemplo. A própria escolha da personagem principal Joicy que, esteticamente, se diferenciava do feminino hegemônico e da percepção de “como deve ser uma mulher trans”, evidencia a sensibilidade da jornalista e a sua vontade de desviar do senso comum. A jornalista poderia ter seguido o conselho do médico (por ela entrevistado) e escolhido alguma transexual “mais feminina”, como recorrentemente acontece, mas, utiliza-se desta provocação para o desvio, aprofundamento da reportagem e problematização sensível: “Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando ainda mais: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? Brincos, batom, vestidos?” (MORAES, 2015, p. 95).

A reportagem se destaca quando, justamente, consegue refletir não só sobre o processo árduo e difícil de redesignação sexual de uma mulher trans, mas consegue nos incitar para a reflexão sobre o que é ser mulher? Afinal, o que nos torna mulher? Além disso, Moraes reconhece na reportagem esse “não lugar” de Joicy, que não pertence ao grupo das mulheres cis⁸, tão pouco ao das mulheres trans.

E aí chegamos a Joicy. Não usa maquiagem. Não gosta de usar vestido. Não tem cabelo comprido. Na verdade, está ficando meio careca, coisa de quem vai fazer 51 anos de idade. Sua aparência sugere que ela ainda está engatinhando para mostrar socialmente a mulher que é – e, principalmente, para deixar para trás o agricultor que sempre foi. O fato de não possuir as mesmas características femininas e hiperbólicas das suas colegas de fila a destaca imensamente naquele grupo. Usa apenas bermuda, camiseta e sapatilhas pretas. Senta-se com as pernas abertas. É musculosa e às vezes um tanto rude. Carrega as maneiras de quem passou boa parte da vida dentro da roça, no meio do mato, plantando mandioca e cuidando de cabra, galinha, boi. (MORAES, 2015, p. 34).

Ou seja, não basta apenas incluir temas sensíveis nas narrativas jornalísticas, o texto também deve ter o cuidado, pois facilmente, e muitas vezes até sem intenção, pode legitimar preconceitos e naturalizações.

Nesse sentido devemos lembrar que as convenções de gênero⁹ e sexualidade estão fortemente relacionadas às instâncias de saber e de poder. É a partir dessas convenções e dessas instâncias que se legitimam e produzem diferenças como desigualdades (VEIGA, 2010). O jornalismo, e a mídia, como instâncias que produzem discursos de saber e de poder, são constituídos por gênero, bem como produzem relações de gênero que resultam em um saber acerca disso.

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (VEIGA, 2010, p. 63).

Segundo Meyer (2003, p. 15) o gênero engloba todas as formas de construção cultural, linguística e social que estão inseridas nos processos que estabelecem diferenças entre mulheres e homens, incluindo aqui os procedimentos que produzem seus corpos, realizando distinção como corpos “dotados de sexo, gênero e sexualidade” (ibidem). Como o conceito de gênero foca, justamente, no exame dos processos de construção dessas distinções, ele nos afasta de perspectivas que privilegiam e buscam focar apenas em uma espécie de “papeis e funções” de mulheres e homens e aproximando-se de abordagens mais amplas, considerando que as “instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e a políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam essas representações” (MEYER, 2003, p. 16).

Justamente por estar atravessado em praticamente todas as instâncias da sociedade que é necessário que se tenham disciplinas que abordem gênero (e sexualidade) em uma graduação de jornalismo e sua relação com as práticas e discursos, bem como com a comunicação social como um todo. Não só para preparar o jornalista para que lide com matérias e personagem de maneira menos reducionista, essencialista, preconceituosa e simplista, mas porque, como vimos, todas as narrativas, lugares e espaços sociais são atravessadas por disputas de gênero (disputas porque são discursos de poder).

Ou seja, a reflexão e conhecimento das questões de gênero e sexualidade não servem só para aperfeiçoar um “glossário LGBTQI” do jornalista, para que decore nomenclaturas, mas para que ele note como o gênero é um tema importante e que está imbricado em todas as suas práticas cotidianas e, conseqüentemente, em suas escolhas de pautas, enquadramentos, assim como em seus discursos e narrativas, nas escolhas das personagens e de suas representações.

Na prática há a necessidade de incluir disciplinas que contribuam ao pensamento crítico, que tragam realidades distintas para perto do aluno, que o mesmo possa ir “a campo”; disciplinas que possibilitem efetivamente na prática que se aumente o repertório de mundo dos graduandos para que os mesmos deem conta de criar “narrativas complexas” (COSTA, 2015). Precisamos de disciplinas obrigatórias, não somente optativas, que pensem a questão do gênero na linguagem jornalística, no tratamento dos personagens, fontes, nas escolhas dos mesmos. Nas escolhas das pautas. É preciso que se tenha disciplinas obrigatórias que fletam com o campo dos estudos feministas, dos estudos culturais, dos estudos *queer*. Que se proponham a desconstruir o que se tem feito, através de exemplos do que não se deve fazer na profissão. Mas também trazendo exemplos do que de bom tem se feito. Disciplinas que impulsionem os alunos para a escolha de pautas e personagens não óbvios, fora do centro identitário comumente utilizado. Que proporcionem uma contrapauta. A faculdade é o espaço para a experimentação, para a transgressão e subversão. Neste cenário ideal, o jornalismo deve ser a oposição, a resistência e a vigilância.

Precisamos de um currículo que ofereça estratégias de transcodificação, ou seja, que problematizem os regimes de representações dominantes propondo que sejam desafiados, modificados, contestados, transformando formas negativas em positivas (HALL, 2016, p. 211). Por exemplo, em uma aula de reportagem tentar

°Louro (2008, p.18) deixa claro o caráter contínuo da construção do gênero e da sexualidade. De uma forma geral, o conceito de gênero se estabelece de uma forma discursiva, ou seja, não são propriamente as características sexuais que vão constituir o que é o masculino e o feminino, mas sim os discursos propagados e construídos socialmente e culturalmente sobre essas características. São as formas como as características são “representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (LOURO, 2003b, p. 21).

olhar para aquela comunidade que naturalmente é reconhecida somente nas páginas policiais e representá-la de outra maneira, focando para práticas culturais dos moradores, por exemplo. Essa substituição visa, então, dominar a representação popular com imagens positivas e de celebração de determinada identidade que vinha até então sendo estigmatizada e excluída. Ou seja, tem o intuito de expandir e complexificar a gama de representações da alteridade e da “diferença”, desafiando, assim, os estereótipos anteriores. No tocante a esse ponto, é justamente essa, entre outras questões, o que procura a teoria *queer*, por exemplo.

Estratégias como a interdisciplinaridade focada não só em disciplinas teóricas, mas sim em práticas, aliando a intelectualidade à técnica e não a excluindo, é um início promissor para a formação mais sensível do jornalista. Não somente com disciplinas, mas através de oficinas, projetos de extensão, palestras, apoiando-se no tripé conhecido da universidade “ensino superior, extensão e comunidade”. Visitas em escolas, em comunidades, em outros espaços institucionais e culturais também são uma oportunidade frutífera.

Finalizo com as ponderações de Veiga (2010), que também é uma jornalista e teórica de gênero engajada, que não só reforçam a reflexão que tentamos desenvolver, mas vão ao encontro do que produz Fabiana Moraes, bem como legitimam a defesa da inclusão de temáticas como gênero e sexualidade nos currículos das graduações de jornalismo:

Nessa perspectiva, cabe pensar em que medida há um exercício de alteridade por parte deste profissional ao selecionar e hierarquizar acontecimentos que serão transformados em notícias, principalmente tendo em vista a multiplicidade de grupos sociais existentes, sobre os quais vai “narrar suas histórias”, a maioria deles distinto do seu grupo de pertencimento. Caracteristicamente autorreferentes e pouco reflexivos sobre suas práticas, os jornalistas - assim como grande parte dos grupos sociais - também refletem um certo etnocentrismo, na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente. Parecem pouco afeitos à relativização: a perceber o significado das coisas nos contextos em que acontecem, a compreender o “outro” nos seus próprios valores e não nos seus, a compreender que existem outras verdades da vida, que “são menos uma questão de essência das coisas mas uma questão de posição” (ROCHA, 1993). Essas características, aliadas aos modos de trabalho, pouco espaço, permitem para a diversidade de pensamentos e valores que emergem de uma mesma sociedade na qual os jornalistas se entendem como “bastiões” da democracia. (VEIGA, 2010, p. 43).

Algumas ponderações que não representam o final, mas tentam concluir o texto

O que se colocar como aprendizado cognitivo não significa desenvolver a capacidade de aprofundar todas as questões de nossa época, mas a de poder narrar profundamente anseios, desejos, misérias, injustiças, estratégias de sobrevivência, heroísmos e as múltiplas vozes de nossa época. [...] Trata-se de um aprendizado epistemológico - um aprendizado intelectual [...] Pois se o papel do jornalista é negado, o também é porque o próprio jornalista tem dificuldade de entender o seu lugar nas múltiplas estruturas de comunicação que atualmente nos cercam e o propósito de ser da profissão. (SANDANO, 2015, p. 24).

Termino as reflexões fazendo das sensíveis palavras de Sandano (2015) também as minhas, principalmente quando alerta que desenvolver o aprendizado cognitivo, epistemológico, subjetivo e sensível no campo do jornalismo não significa a árdua e humanamente impossível tarefa de “aprofundar todas as questões de nossa época”, mas sim o desenvolvimento de um olhar sensibilizado para temas da “alma e moral humana” (MORAES, 2015) e a capacidade de exercer a alteridade e profundidade na hora de narrar sua diversidade e diferença.

Nesse cenário, a formação cognitiva e ética do jornalista tem intenso valor e uma graduação de jornalismo deve ser pensada levando em consideração este papel social importante, pois “enfoca na questão das responsabilidades do profissional jornalista perante não aos seus leitores, mas às comunidades: aquela ao qual se dirige e às que são sujeitos de sua narrativa” (SANDANO, 2015, p. 24). Assim, a Universidade precisa ser o diferencial do “mundo lá fora” que “se transforma e a tecnologia impõe

seus critérios no mercado profissional” (MEDINA, 1982, p. 92 *apud* SANDANO, 2015, p. 24).

Portanto, defendo não só a graduação em jornalismo, ou seja, o diploma, mas a constante formação do conhecimento, seja ele formal, por meio de especializações, mestrados e doutorados, ou, se assim não for possível, defendo, primeiramente, a fome pelo conhecimento, pela sensibilidade, pelo aprendizado de outras culturas, sociedades e realidades, enfim, pela constante busca de repertórios da alteridade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

COSTA, Carlos. A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade. [Prefácio]. *In*: COELHO, Cláudio; KÜNSCH, Dimas A.; MENEZES, José Eugenio de O. (Orgs.). **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico**. São Paulo: Plêiade, 2015.

FÜRSICH, Elfriede. **O problema em representar o Outro: mídia e diversidade cultural**. Revista Parágrafo, v.4, n. 1 – jan/jun, p. 51-61, 2016.

HALL, Stuart. O espetáculo do outro. *In*: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Apicuri, 2016. Cap. 2 – p. 139- 246.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.41 -52.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003b.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago, 2008. p. 17-23.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.9-27.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy – Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

SANDANO, Carlos Eduardo. **Para além do código digital: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado**. São Paulo: EduFScar, 2015.

SANDANO, Carlos Eduardo. Por um jornalismo que mereça o Nobel. *In*: **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico / Cláudio Coelho, Dimas A. Künsch, José Eugenio de O. Menezes (Organizadores)**. - São Paulo: Plêiade, 2015a.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250f. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2010.